



ANEXO II – TR

TERMO DE REFERÊNCIA

Dispensa de Licitação Eletrônica (Simplificada)

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Do Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem e desmontagem de estruturas, incluindo o fornecimento de materiais, para atender às necessidades do evento "1ª ETAPA PROLAÇO 2025", promovido pelo Município de Anaurilândia/MS.

1.2. Da Natureza: O objeto da presente contratação é caracterizado como comum, para os fins do disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3. Da Vigência: A presente contratação terá vigência de 2 (dois) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente (art. 95, Lei nº 14.133/2021), podendo ser prorrogado na forma da legislação pertinente.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVAS:

2.1. A tabela a seguir apresenta as especificações do objeto contratado:

ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS , PARA EVENTO "1ª ETAPA PROLAÇO 2025", CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.	SERVIÇO	01	9.040,66	9.040,66

2.2. Segue abaixo os itens necessários:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	LOCAÇÃO DIÁRIA DE 05 (CINCO) BANHEIROS QUÍMICOS, SENDO 3 (TRÊS) FEMININOS E 2 (DOIS) MASCULINOS - CABINES SANITÁRIAS INDIVIDUAIS COM O MÍNIMO DE: 1,10 X 1,10M POR 2,10M DE ALTURA INTERNA, CONTENDO CAIXA DE DEJETOS, ASSENTO, MICTÓRIO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO/FEMININO). COMPOSIÇÃO: POLIETILENO; VOLUME MÍNIMO: CAIXA DETRITOS COM CAPACIDADE DE	UNIDADE	01



	220 LITROS, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO DOS BANHEIROS, PAPEL, PRODUTO BACTERICIDA E LIXEIRA PARA PAPEL.		
2	LOCAÇÃO DE TENDA DE 10X10X5 – TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01
3	LOCAÇÃO TENDA DE 10X10X3 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01
4	LOCAÇÃO TENDA DE 5X5X2,5 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01
5	LOCAÇÃO DE TENDA DE 3X3X2 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente contratação visa garantir a infraestrutura necessária para a realização do evento *1ª Etapa Prolaço 2025*, que ocorrerá no dia 29 de março no Parque de Exposições Mauricio Thomazini. O evento contará com um número considerável de participantes e, para assegurar o conforto, a segurança e a boa organização do evento, é imprescindível a locação e montagem de estruturas adequadas.

3.2. Para atender às necessidades específicas do evento, será necessária a instalação de tendas, banheiros químicos e extintores de incêndio, sendo estes elementos fundamentais para garantir:

a) Conforto e bem-estar dos participantes: As tendas proporcionarão um espaço coberto e protegido contra condições climáticas adversas, como sol forte ou chuvas, permitindo que os participantes desfrutem do evento de maneira confortável. Além disso, a locação de banheiros químicos será essencial para garantir a higiene e a acessibilidade de todos os presentes.

b) Adequação às normas de segurança e regulamentação: A montagem e desmontagem das estruturas sendo elas as tendas e banheiros químicos, devem ser realizadas por profissionais especializados, para que cumpram as normas de segurança e atendam aos requisitos legais para a realização de eventos dessa natureza.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. Após levantamento de mercado e análise das melhores soluções disponíveis, verificou-se a necessidade de contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de locação montagem e desmontagem de estruturas para atender à Secretaria de Esporte, Turismo e Juventude de Anaurilândia/MS durante a realização do evento **1ª ETAPA PROLAÇO 2025**, que ocorrerá no dia 29 de março de 2025.



4.2. A prestação desse serviço é essencial para garantir a qualidade técnica do evento, proporcionando infraestrutura adequada para sua realização. A contratação de profissionais qualificados é essencial para garantir que o evento transcorra sem imprevistos, atendendo as expectativas de todos os envolvidos e respeitando as normas de segurança e logística.

4.3. Dessa forma, a solução proposta visa atender às demandas da administração municipal e às expectativas da população, garantindo um evento bem-estruturado, seguro e acessível, que contribua para a promoção cultural e o fortalecimento do turismo local.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. REQUISITOS GERAIS:

- a) A contratada deverá executar o objeto conforme especificações, prazos e locais constantes neste Termo de Referência, com a respectiva nota fiscal e sob o acompanhamento dos fiscais de contrato, que também serão devidamente designados.
- b) A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de faltas e falhas verificadas, principalmente estando em desacordo com as condições pactuadas.
- c) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas acerca da qualidade dos itens fornecidos.
- d) A contratada deverá relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do objeto.
- e) A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- f) A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- g) Todos os pedidos, reclamações e notificações serão transmitidos através do endereço eletrônico (e-mail) fornecido pela contratada, podendo, a critério da Administração, utilizar-se de outros meios.
- h) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- i) O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. DO PRAZO E FORMA DE SOLICITAÇÃO:

- a) Os serviços serão solicitados mediante Solicitação de Fornecimento, via e-mail ou outro meio eletrônico idôneo, de modo que a realização dos serviços será devidamente agendada com **5 (cinco) dias** de antecedência.



- b) **A montagem dos itens contratados deverá ser realizada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do evento**, a fim de garantir o cumprimento das condições acordadas e permitir o adequado preparo/organização para a execução do evento.
- c) A **data e horário** deverão respeitar a Solicitação de Fornecimento devidamente enviada pela Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Juventude à contratada, conforme descrito no anexo I. Além disso, demais informações pertinentes deverão ser acordadas previamente entre as partes.
- d) A Contratante não será responsável por materiais ou outros profissionais que não estejam especificados na descrição do serviço no item.
- e) A contratada será responsável pela designação de um profissional encarregado do manuseio e de eventual manutenção dos equipamentos.

7.2. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.3. Os serviços deverão ser prestados no Parque de Exposições Mauricio Thomazini, de maneira integral, no dia 29 de março de 2025.

7.4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

- a) O objeto será recebido pela respectiva Secretaria, e, somente após, o município poderá emitir o respectivo pagamento à contratada.
- b) O pagamento será proporcional à execução, não havendo qualquer hipótese de adiantamentos ou acúmulos.
- c) Os serviços deverão ser realizados de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.
- d) No recebimento provisório, o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo esta substituí-lo às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- e) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.
- f) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil e administrativa.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

8.1. O contrato, ou instrumento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Da Fiscalização

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.5.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Serão responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

8.6. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº 14.133/2021).

8.7. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.8. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis, acidentários e tributários resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).



8.8.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos ou indenizações não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento, decorrente da execução contratual será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias** após a apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

9.1.1. O documento de cobrança da CONTRATADA será a nota fiscal, na qual obrigatoriamente deverão constar as informações referentes ao número da conta corrente, agência e banco para depósito.

9.2. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.3. Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

9.4. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

9.5. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

9.6. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

9.7. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.8. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões da Contratada, a mesma será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, num prazo de 05 (cinco)



dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

9.9. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez e por igual período, a critério da Contratante.

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

9.12. Não será efetuado qualquer pagamento à empresa CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.13. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da CONTRATADA.

9.14. Todas as despesas decorrentes da entrega/execução do objeto, como impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes/fretes e deslocamentos correrão inteira e exclusivamente por conta da contratada.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. A seleção do fornecedor se dará mediante procedimento de **DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR**, na forma **ELETRÔNICA - COM DISPUTA**, consubstanciada no art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021, com critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL**, com fundamento na legislação federal e no Decreto Municipal nº 1.999/2025.

10.1.1. Conforme o art. 18 do Decreto Municipal nº 2.016/2025, nesta contratação será concedida **PRIORIDADE** na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

10.2. Para fins de **habilitação**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.2.1. Para fins de **Habilitação Jurídica**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Cópia da cédula de identidade do proprietário da empresa concorrente;

II. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.2.1.1 No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar federal n. 123/2006 e da Lei Complementar estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.2.1.2 Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, a Administração poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

10.2.2 Para fins de **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:



a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.2.2.1 As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.2.2.1.1 Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.2.2.1.2 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

10.2.2.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.2.3 O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, os seguintes documentos: (Art. 69 da NLLC)

10.2.3.1 Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.2.3.2 No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.3. Micro e pequenas empresas (art. 4º, NLLCA c/c art. 42 a 49 da LC 123/2006)



10.3.1 A Lei Complementar n. 123/2006 confere tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

10.3.2 Após a realização de pesquisa de preços, foi contatado que a presente contratação possui itens com valor estimado abaixo do limite de **R\$ 80.000,00** (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), sendo que a participação na seleção de fornecedor para a contratação dos objetos do presente termo será exclusiva para participação de **Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e os Microempreendedores Individuais (MEI), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.**

10.3.3 Uma vez que a presente licitação é exclusiva para contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual - MEI, não será aplicado o benefício do “empate ficto”, previsto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006.

10.3.4 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.3.5 A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que tiver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123/2006).

10.3.5.1 A não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.4. Das especificações de habilitação técnica:

10.4.1. Item 01 - Banheiro Químico

10.4.1.1. A empresa deverá apresentar:

a) Licença Ambiental: A empresa deverá comprovar que possui a licença ambiental expedida pelo órgão competente, que autoriza a instalação e o funcionamento dos banheiros químicos no evento.

b) Comprovação de Transporte e Descarte Adequado: A empresa deverá apresentar documentação que comprove que o resíduo oriundo dos banheiros químicos será transportado e descartado adequadamente em local licenciado pelo órgão ambiental competente.

c) Caso a licitante não seja a empresa licenciada para o transporte e/ou descarte, deverá apresentar **contrato** com a empresa licenciada, com todos os detalhes necessários para garantir a destinação adequada dos resíduos.



10.4.2. Itens 02, 03, 04 e 05 - Responsáveis Técnicos

10.4.2.1. Apresentação de Profissional(is) com formação em Engenharia Civil e/ou Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Elétrica ou Engenheiro de Energia (conforme descreve o Manual de Fiscalização Câmara Especializada de Engenharia Elétrica – CEEE) devidamente registrado(s) no Conselho profissional competente (CREA/CAU), detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, por execução de serviço de características semelhantes, o qual será o responsável técnico pelas estruturas e parte elétrica do objeto desta licitação.

Comprovação dos responsáveis técnicos acima elencados através de:

- a) No caso de empregado, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em que conste a licitante como contratante, sendo necessário as folhas de identificação (foto/assinatura e qualificação civil);
- b) No caso de profissional autônomo ou a ele equiparado, cópia do Contrato de Prestação de Serviços que mantém com a licitante ou documento equivalente aceito pelo respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional para fins de registro ou inscrição, juntamente com a Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional (CREA ou CAU), com prazo de vigência válido, no qual conste a inscrição do profissional citado no referido Instrumento Particular, como responsável técnico da proponente;
- c) Se o profissional for sócio da empresa, a documentação já apresentada conforme edital, é a comprovação do vínculo;

O atestado de responsabilidade técnica deverá ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado (s) pela Certidão (es) de Acervo Técnico – CAT’S, em nome do profissional responsável técnico apresentado pela licitante, que tenha executado serviços de características semelhantes ao objeto do certame licitatório.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar a aplicação de sanções.

11.2. A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.3. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

11.4. As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO.

11.4.1. Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.

11.5. Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias na Tesouraria do Município de Anaurilândia/MS ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente.

11.5.1. Multa moratória de até 1% (um) por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias.

11.5.2. A multa compensatória poderá ser de:

- a) até 20% (vinte por cento), em caso de inexecução parcial da obrigação assumida, de forma proporcional à obrigação inadimplida.
- b) até 30% (trinta por cento), em caso de inexecução total da obrigação assumida, sobre o valor total do CONTRATO.

11.6. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.



- b) Receber os serviços objeto da contratação no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução dos serviços, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- j) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- k) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Caberá à CONTRATADA:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que



ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- f) Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;
- g) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), se for o caso. A comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

14.1 Para fins de definição do valor estimado foi realizada pesquisa com fornecedores locais e regionais, em busca da proposta mais vantajosa para a Administração, utilizando como referência o menor preço proposto por item. Essa opção foi definida para se garantir um melhor preço para a administração pública, possibilitando a formalização de média adequada à realidade.



14.2. Abaixo, seguem as cotações realizadas com os fornecedores (tendo a documentação pertinente disponível em anexo):

EMPRESA: OS MOVIDOS PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - EPP			
CNPJ: 06.163.277/0001-11			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS , PARA EVENTO “ 1ª ETAPA PROLAÇO 2025 ”, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.	01	8.817,00	8.817,00

EMPRESA: ALESSANDRA FLORINDA ZANATA RIBEIRO - ME			
CNPJ: 16.864.575/0001-00			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS , PARA EVENTO “ 1ª ETAPA PROLAÇO 2025 ”, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.	01	8.505,00	8.505,00

EMPRESA: SLG SISTEMAS DE SEGURANÇAS LTDA			
CNPJ: 22.896.523/0001-09			
ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS, PARA EVENTO “1ª ETAPA PROLAÇO 2025”, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I.	01	9.800,00	9.800,00
---	----	----------	----------

14.3. O Valor total estimado é de **R\$ 9.040,66 (nove mil e quarenta reais e sessenta e seis centavos)**, conforme tabela em anexo a este Termo de Referência.

14.4. Em atenção ao disposto no parágrafo 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser publicado aviso visando à obtenção de proposta adicional mais vantajosa, garantindo a ampla concorrência e a economicidade na contratação.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. A despesa será empenhada na seguinte Dotação Orçamentária:

(31) 01.002.04.123.0006.2007.339039 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto sem o consentimento prévio da Contratante, mediante acordo escrito, obedecidos os limites legais permitidos.

16.2. Aplica-se o disposto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Anaurilândia/MS, 14 de março de 2025.

ELABORADO POR:

SÉRGIO VICTOR LUBASKI DA CRUZ

*Assistente administrativo
Matricula 14283*



APROVADO POR:

ANDERSON UMADA MONTEIRO
Secretário de Esporte, Turismo e Juventude



ANEXO I - TR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE **SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA**, PARA EVENTO “1ª ETAPA PROLAÇO 2025”, QUE SERÁ REALIZADO NO **DIA 29 DE MARÇO DE 2025**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DIÁRIA DE 05 (CINCO) BANHEIROS QUÍMICOS - CABINES SANITÁRIAS INDIVIDUAIS COM O MÍNIMO DE: 1,10 X 1,10M POR 2,10M DE ALTURA INTERNA, CONTENDO CAIXA DE DEJETOS, ASSENTO, MICTÓRIO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO (MASCULINO/FEMININO). COMPOSIÇÃO: POLIETILENO; VOLUME MÍNIMO: CAIXA DETRITOS COM CAPACIDADE DE 220 LITROS, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO DOS BANHEIROS, PAPEL, PRODUTO BACTERICIDA E LIXEIRA PARA PAPEL.	UNIDADE	01	R\$ 3.262,33	R\$ 3.262,33
2	LOCAÇÃO DE TENDA DE 10X10X5 – TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01	R\$ 2.546,00	R\$ 2.546,00
3	LOCAÇÃO TENDA DE 10X10X3 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01	R\$ 2.081,00	R\$ 2.081,00
4	LOCAÇÃO TENDA DE 5X5X2,5 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01	R\$ 726,33	R\$ 726,33
5	LOCAÇÃO DE TENDA DE 3X3X2 TIPO PIRÂMIDE COM LONA BRANCA ANTICHAMA.	UNIDADE	01	R\$ 425,00	R\$ 425,00
VALOR MÉDIO TOTAL					R\$ 9.040,66

Anaurilândia/MS 14 de março de 2025.

ANDERSON UMADA MONTEIRO
Secretário Municipal de Esportes, Turismo e Juventude.



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURA.

Inicialmente, cumpre destacar que a opção pela não elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP está fundamentada no Decreto Municipal nº 1.999, de 29 de Janeiro de 2025. Vejamos:

Regulamenta aplicação das hipóteses de dispensa em razão do valor, previstas no art.75, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, Dispensa Simplificada e dá outras providências.

Destarte, considerando que o presente processo trata de contratação direta baseada no art. 75, inciso II, Lei Federal nº 14.133/2021, tem-se que a elaboração do ETP é facultada/dispensada.

A não realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP) se deve a uma série de fatores específicos que tornam a sua execução desnecessária, conforme exposto a seguir:

Natureza Urgente e Emergencial do Evento: O evento "1ª Etapa Prolaço 2025" possui data previamente estabelecida, sendo inadiável a sua realização no dia 29 de março de 2025. O prazo exíguo para a realização do evento torna inviável a realização de um estudo técnico preliminar detalhado, uma vez que as soluções devem ser providenciadas com a maior celeridade possível, respeitando os requisitos em tempo hábil.

Características Técnicas do Serviço: O serviço de locação, montagem e desmontagem de estruturas para eventos é uma atividade especializada e frequentemente contratada em eventos temporários. Não se trata de um serviço recorrente que exija um estudo técnico preliminar detalhado, mas de um serviço padronizado de acordo com as necessidades do evento, o que torna desnecessária a elaboração de um estudo mais aprofundado.

Vale ressaltar, também, que a hipótese de dispensa do estudo visa a economicidade para a Administração Pública, pois um processo de contratação demanda hora-trabalho de servidores para elaboração de todas as etapas do procedimento, bem como de insumos públicos.

Dessa forma, diante do exposto, conclui-se que a realização de um Estudo Técnico Preliminar não é necessária, uma vez que os fatores acima mencionados garantem a viabilidade e a eficiência do processo, sem comprometimento da qualidade ou do atendimento às demandas do evento.

17 de março de 2025, Anaurilândia/MS.

Anderson Umada Monteiro

Secretário de Esporte, Turismo e Juventude